
Prova Escrita de História B

11.º/12.º anos de Escolaridade

Prova 723/1.ª Fase

8 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos

2008

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével azul ou preta.

Não é permitido o uso de corrector. Em caso de engano, deve riscar, de forma inequívoca, aquilo que pretende que não seja classificado.

Escreva de forma legível a numeração dos grupos e/ou dos itens, bem como as respectivas respostas.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se escrever mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

Todos os itens exigem a análise dos documentos. A informação retirada dessa análise deve ser integrada na elaboração das respostas.

No Grupo II, apresente uma resposta desenvolvida ao item 2.

Em todos os itens, o domínio da comunicação escrita em língua portuguesa representa cerca de 10% da cotação.

As cotações dos itens encontram-se na página 8.

GRUPO I

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÓMICAS EM PORTUGAL NO QUADRO DA HEGEMONIA INGLESA

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

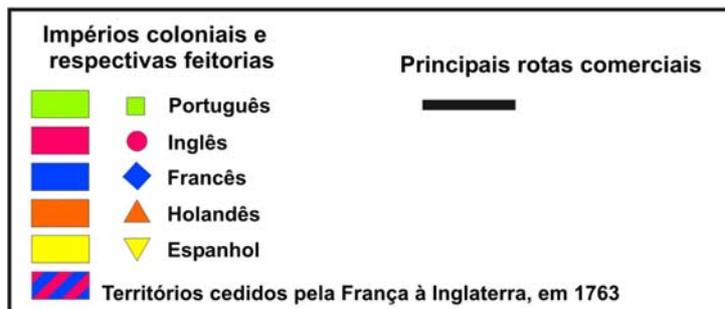
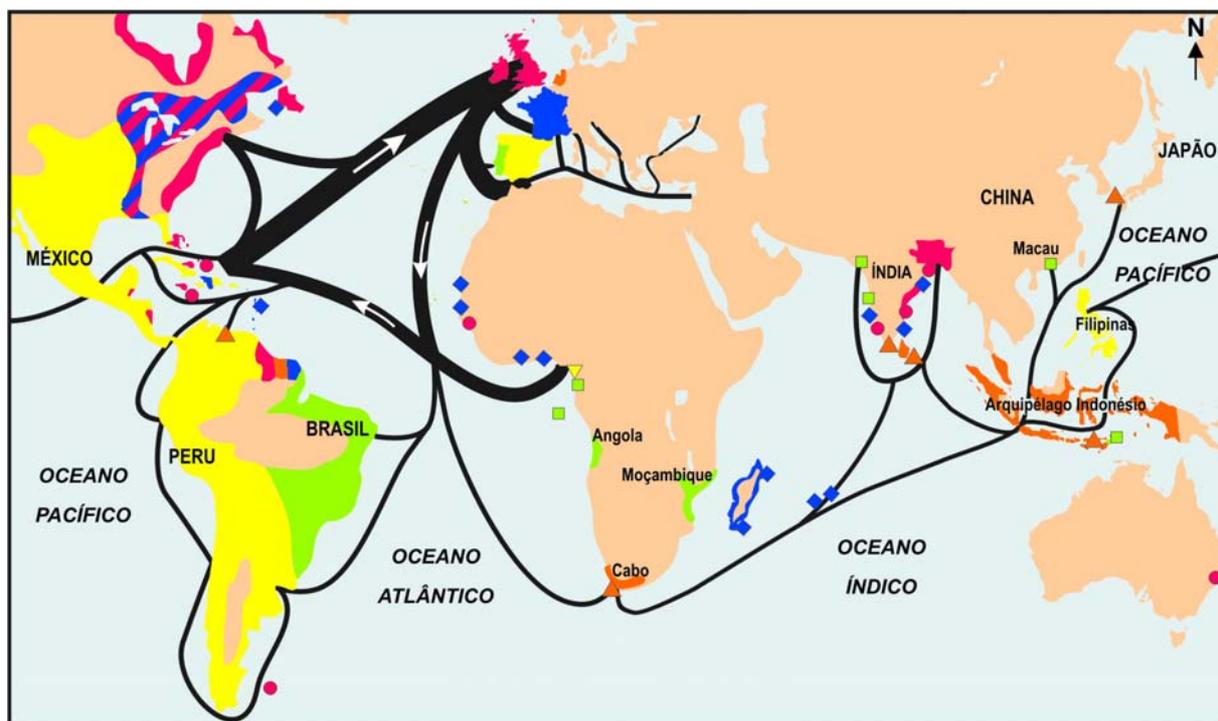
Doc. 1 – As grandes rotas comerciais do Mundo, na segunda metade do século XVIII

Doc. 2 – As políticas económicas no tempo de D. Pedro II e de D. José

Doc. 3 – O comércio luso-britânico (1697-1772)

Documento 1

As grandes rotas comerciais do Mundo, na segunda metade do século XVIII



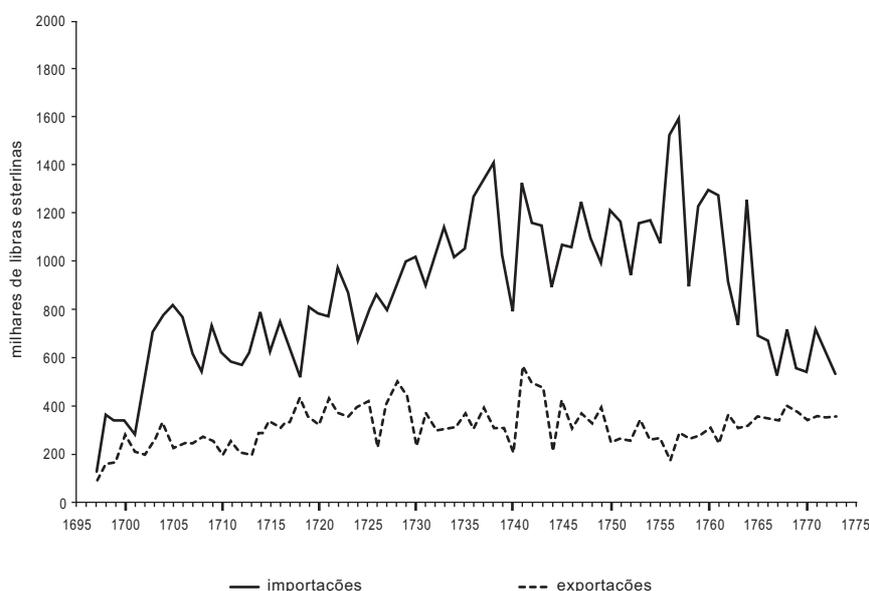
Documento 2

As políticas económicas no tempo de D. Pedro II e de D. José

As nossas fábricas ainda não tiveram senão duas épocas, a do senhor Rei D. Pedro II e a do senhor Rei D. José; mas a primeira foi de tão curta duração, que o mesmo Soberano e o mesmo Ministro, que a começaram, a viram acabar; a segunda, como fundada em alicerces mais sólidos, duraria ainda, a não serem as desgraças que tiveram princípio na invasão dos Franceses, e pode dizer-se que dura, porque ainda temos muitos restos, para reparar o edifício.

Documento 3

O comércio luso-britânico (1697-1772)



1. Indique, integrando os dados do documento 1, duas razões da hegemonia inglesa no comércio colonial do século XVIII.
2. Justifique a opinião do autor do documento 2, relativa à política económica do tempo de D. Pedro II.
3. Explique a evolução da balança comercial com a Inglaterra, no âmbito da política económica pombalina (documento 3).

Identificação das fontes

Doc. 1 – Michel Péronnet, *Le XVIII^{ème} Siècle (1740-1820) – Des Lumières à la Sainte-Alliance*, Paris, Hachette, 1998 (adaptado)

Doc. 2 – José Acúrcio das Neves, *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos*, Lisboa, Na Oficina de Simão Thadeu Ferreira, 1820

Doc. 3 – Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (organizadores), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. 1 – O Século XVIII, Lisboa, ICS, 2005, 2.ª edição

GRUPO II

AUTORITARISMOS E DEMOCRACIAS NA EUROPA, ENTRE AS DUAS GUERRAS

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

Doc. 1 – O Estado fascista, segundo Mussolini (1932)

Doc. 2 – Resultados de eleições legislativas na Alemanha (1919-1932)

Doc. 3 – A vitória da Frente Popular em França, no jornal *l'Humanité* (4 de Maio de 1936)

Documento 1

O Estado fascista, segundo Mussolini (1932)

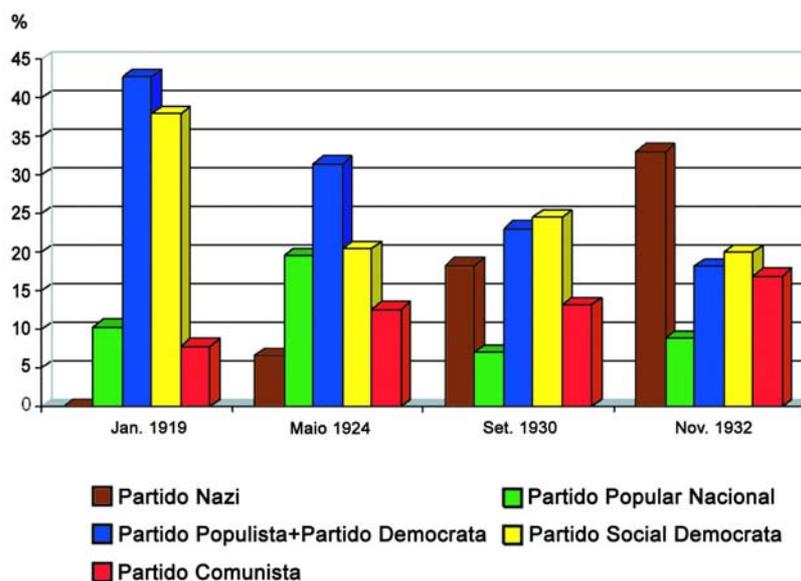
O Estado fascista [...] antecipa a solução de certos problemas universais, surgidos noutras áreas: no domínio político, pelo fraccionamento dos partidos, pelo abuso do poder do parlamentarismo, pela irresponsabilidade das assembleias [...]. O fascismo quer que o Estado seja forte, organizado e baseado, ao mesmo tempo, numa larga base popular. O Estado fascista atribui a si próprio o domínio da economia e, pelas instituições corporativas, sociais e educativas que criou, o sentido do Estado chega até às ramificações extremas do país; e, no Estado, circulam, enquadradas nas suas organizações respectivas, todas as forças políticas, económicas e espirituais da nação. [...]

O Estado fascista organiza a nação, mas, no entanto, deixa aos indivíduos uma margem suficiente; limitou as liberdades inúteis ou nocivas, mas conservou as liberdades essenciais.

Documento 2

Resultados de eleições legislativas na Alemanha (1919-1932)

(em percentagem)



Documento 3

A vitória da Frente Popular em França, no jornal *l'Humanité* (4 de Maio de 1936)



TRADUÇÃO:

O Povo de França
votou pelo pão, pela paz
e pela liberdade!

VITÓRIA!
A Frente Popular triunfa!

Em todo o País, fortes e entusiastas manifestações, reunindo dezenas de milhares de pessoas, seguiram a proclamação dos resultados eleitorais.

1. Explícite três características do fascismo expressas no documento 1.
2. Analise o processo de implantação de regimes totalitários na Europa Ocidental, entre as duas guerras mundiais.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes tópicos de desenvolvimento:

- dificuldades económicas e políticas no primeiro pós-guerra e afirmação do fascismo na Itália;
- contexto da ascensão do nazismo na Alemanha;
- resistência das democracias liberais ao avanço dos fascismos.

Deve integrar na resposta, para além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Benito Mussolini, «Fascismo», in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, Roma, Instituto della Enciclopedia Italiana, vol. XIV, 1932

Doc. 2 – Segundo dados de Marc Nouschi, *O Século XX – Viragens, Tempos e Tendências*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003, 2.ª edição

Doc. 3 – In *Seara Nova*, n.º 1571, Lisboa, Setembro de 1976

EVOLUÇÃO E RUPTURA POLÍTICA NO PORTUGAL DAS DÉCADAS DE 60 E 70 DO SÉCULO XX

Entrevista de Francisco Sá Carneiro* ao *Diário de Lisboa*, em 5 de Julho de 1972

Este [Prof. Marcello Caetano] deu esperanças de liberalização. Nunca, é certo, apresentou um programa concreto ou anunciou medidas reais de liberalização e de democratização. Quem o fez, com o seu apoio explícito, foi a U. N. [União Nacional] sob a presidência do Dr. Melo e Castro, que apresentou um programa de pluralismo político, programa esse sem o qual, é indubitável, várias

5 pessoas que não pertenciam ao regime, entre as quais me conto, não teriam aceite fazer parte duma lista da U. N. Se o aceitaram, foi porque esse programa existia e era bem claro [...]. Posteriormente, tal programa foi negado na prática e até em teoria pelo Governo e pela Acção Nacional Popular.

[...] Na própria Assembleia Nacional eu, pelo menos, senti isso intensamente. Agora que haviam sido eleitas pessoas descomprometidas, que tinham publicamente assumido uma atitude crítica em relação

10 ao Governo, afirmando expressamente que se não comprometiam a apoiá-lo, imediatamente se reforça toda uma acção, toda uma disciplina partidárias; [...] as iniciativas desaprovadas pelo Governo, falo com conhecimento de causa, ou foram adiadas ou torpedeadas, não chegando muitas vezes a ser presentes ao plenário ou sendo nele subtraídas à votação na especialidade, como foi o caso da revisão da Constituição, da lei de Imprensa, das propostas de alteração à Organização Judiciária.

15 Em suma, houve da parte do regime uma reacção de autodefesa para manter a sua imutabilidade, a qual superou as ténues réstias eleitorais de abertura liberalizante.

Trata-se de um Estado autoritário que não reconhece os direitos e liberdades fundamentais, a não ser numa teoria constitucional inoperante [...]. Ele mostrou claramente, ante um balbuciar de liberdade, que não estava disposto a tolerar nada que pudesse significar uma alteração. Creio, portanto, que não

20 há que apontar forças especiais; foi e é todo o regime que reagiu e que reage no sentido de impedir o desbloqueamento da política nacional e, necessariamente, da vida económica e social, para se manter intransigentemente o mesmo. Mais uma vez, e embora não estejamos ante uma eleição por sufrágio directo [eleições presidenciais de Julho de 1972], se procura criar à volta da actual candidatura oficial todo um ambiente emocional de propaganda, oposto à informação indissociável do voto, a qual leva à

25 adesão inteligente. Os apelos agora feitos inserem-se na linha dos surgidos quando havia sufrágio directo, apelos que visam concitar emocionalmente as pessoas à volta de uma figura, levando-as a não se preocuparem em saber se aquela é a pessoa indicada para desempenhar qualquer cargo, antes procurando fazê-las sentir que a adesão a determinada candidatura é imposta pelo interesse nacional, pela sobrevivência da Pátria e que, portanto, não há outra alternativa, sob pena de traição.

30 Dantes, o tema escolhido para situar tais apelos era usualmente o perigo comunista, ainda frequentemente usado. Mas, depois de 1961, tem sido quase sempre à volta da guerra do Ultramar que se procura levar as pessoas a aderir emocionalmente, numa atitude que é o contrário de uma atitude política [...].

* Deputado independente, pertenceu à chamada ala liberal da Assembleia Nacional, de 1969 a 1973. Após a revolução de 25 de Abril de 1974, foi um dos fundadores do PPD/PSD. Foi Primeiro-Ministro em 1980, no governo da Aliança Democrática.

1. Identifique três das razões que justificaram o afastamento de Sá Carneiro do rumo da «primavera marcelista».

2. Explícite como a revolução do 25 de Abril de 1974 operou a mudança de regime preconizada por Sá Carneiro.

Identificação da fonte

Doc. – Entrevista (gravada e totalmente censurada) dada ao *Diário de Lisboa* (5 de Julho de 1972), in Francisco de Sá Carneiro, *Textos*, 1.º volume – 1969-73, Lisboa, Editorial Progresso e Social Democracia, 1981 (adaptado)

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	20 pontos
2.	30 pontos
3.	30 pontos
	<hr/>
	80 pontos

GRUPO II

1.	20 pontos
2.	50 pontos
	<hr/>
	70 pontos

GRUPO III

1.	20 pontos
2.	30 pontos
	<hr/>
	50 pontos

TOTAL	<hr/>	200 pontos
--------------------	-------	-------------------